



ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados! *"Ata da Quinquagésima Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e vinte e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Antonio Vaz e Paulo Duarte, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Cinquenta e Seis da Quadragésima Nona Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 146/2024, do Poder Executivo; Mensagem nº 3/2024, do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 7.466, 7.843 e 7.847/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 1.884/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Cartas nºs 17 e 18/2024, da CCR MSVia; Carta nº 562/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Caravina, Paulo Duarte e Pedro Kemp. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Mara Caseiro, Coronel David, Lia Nogueira e Zé Teixeira. GRANDE EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Paulo Duarte, Gleice Jane e João Henrique. ORDEM DO DIA - Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 75/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Resolução nº 11/2024, de autoria do deputado Roberto Hashioka. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 224/2023, de autoria do deputado Neno Razuk. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 116/2024, de autoria do deputado Paulo Corrêa. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçadas aos familiares de Maria Lúcia de Oliveira e Zulema Escobar Jamil; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao senhor Nelson Cintra, prefeito municipal de Porto Murtinho, pela premiação, na 12ª edição do Prêmio Nacional Sebrae Prefeitura Empreendedora, na categoria Inclusão Produtiva, do projeto Murtinho na Rota, o qual foi desenvolvido pelo programa Cidade Empreendedora, atendendo mulheres em situação de vulnerabilidade social, jovens em busca de emprego, comunidades indígenas e microempreendedores individuais no mercado de trabalho, potencializando o desenvolvimento do município e do estado de Mato Grosso do Sul frente à Rota Bioceânica; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada ao cabo da Polícia Militar Marcelo Joilson Martins Paiva, por retirar duas pessoas com vida de uma residência em chamas na rua Xavantes, no Bairro*



*Tijuca, em Campo Grande; requerimento de informações, de autoria do deputado Caravina; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Junior Mochi, Zé Teixeira, Caravina, Antonio Vaz, Zeca do PT e Coronel David. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezoito de junho do ano de dois mil e vinte e quatro". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia a todos! Expediente da Sessão Ordinária de 19 de junho de 2024. Ofícios nºs 2.437, 2.449 e 2.450/2024, da Presidência da República, respondendo às indicações do deputado Zeca do PT (Prot. nº 1.549, 1.550, 1.548/2024); Ofício nº 2.480/2024, do Ministério do Planejamento e Orçamento, respondendo à moção de congratulação do deputado Paulo Corrêa (Prot. nº 1.386/2024); Ofícios nºs 1.800, 1.802, 1804, 1.806 e 1.808/2024, da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul, encaminhando os relatórios dos Termos de Fomento, Colaboração e Aditivos, registrados pelo Governo do Estado, do mês de dezembro de 2023 e dos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2024 (Prot. nº 1.957, 1.998, 1.999, 2.000, 2.001/2024); Ofícios nºs 7.827, 7.831 e 7.835/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados João Henrique, Antonio Vaz, Junior Mochi, Professor Rinaldo, Lia Nogueira e Renato Câmara; Carta nº 06.0343/2024, da Claro Telefonia, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name (Prot. nº 1.122/2024); Carta nº 13/2024, da CCR MSVia, respondendo à indicação do deputado Zé Teixeira (Prot. nº 1.407/2024)." Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Não está presente. Peço licença aos colegas para ler uma indicação aqui da mesa. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Rudel Espíndola Trindade, diretor-presidente do Detran/MS, solicitando a viabilização de recursos para reforma e ampliação do prédio do Detran no município de Terenos. Justificativa anexa. Quero aproveitar o momento — não fazendo questão de ordem — e justificar a Vossas Excelências que, ontem, representando a Assembleia Legislativa, participei da inauguração de uma nova indústria aqui no estado, a Neo Mille, do Grupo Cerradinho Bioenergia, que vai produzir etanol e DDG a partir do milho. São mais de seiscentas mil toneladas anuais de milho. A empresa teve quatro mil e quinhentos trabalhadores durante o período de obras; e agora, entre emprego direto e indireto, estimam-se mil pessoas trabalhando. A empresa já pensa em expansão aqui no estado. Na inauguração, inclusive, contou-se com a presença do ex-ministro Roberto Rodrigues. Mato Grosso do Sul vive um momento de estabilidade institucional, de equilíbrio. Na ocasião, citamos quatro eixos mundiais que precisam de um olhar diferenciado, e Mato Grosso do Sul já trabalha em cima disto: questões climáticas, matrizes energéticas,

diferenças sociais e segurança alimentar no mundo. Segundo o ex-ministro Roberto Rodrigues, Mato Grosso do Sul se destaca tratando desses quatro eixos como problemas mundiais a serem resolvidos. Muita gente fala da guerra, mas Rodrigues diz que os motivos que levaram à guerra na Europa são: matriz energética, fome e disputa econômica. O Brasil pode ser protagonista nesse processo. Mato Grosso do Sul já é protagonista no que tange à mudança de matriz energética. Então, Mato Grosso do Sul é visto com bastante otimismo, segundo palavras do ex-ministro. Ele falou, ontem, na Faria Lima e no centro nervoso da economia do Brasil, deputado Pedrossian, com muita ênfase sobre o momento que Mato Grosso do Sul vive. Então, em nome da Assembleia Legislativa, participamos do evento. Quero aproveitar e parabenizar a equipe da Semadesc, o governador Eduardo Riedel e o ex-governador Reinaldo Azambuja. Inclusive, o projeto nasceu na gestão do Azambuja e está em operação até hoje. Também quero anunciar que a Inpasa vai esmagar, só em Sidrolândia, mais de um milhão de toneladas de milho e tem projetos de expansão. E quando tudo estiver pronto, ela esmagará quatro milhões de toneladas de milho em Sidrolândia e Dourados, transformando o produto primário em produto industrializado, agregando valor à economia de Mato Grosso do Sul. Ontem também recebeu os primeiros caminhões de armazenamento de milho, com menos de um ano de obra. Então, Mato Grosso do Sul vive um momento de expansão, de geração de emprego e renda. Eu gostaria de dividir isso com Vossas Excelências. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: duas indicações (Prot. nºs 02024/2024, 02023/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: cinco indicações (Prot. nºs 02019/2024, 02020/2024, 02021/2024, 02017/2024, 02015/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 02022/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 02016/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 02013/2024). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 02026/2024). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma indicação (Prot. nºs 02025/2024).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, o que me traz à tribuna nesta manhã é a situação do Hospital Regional de Campo Grande. A situação está difícil, está chegando a um ponto em que medidas urgentes precisam ser adotadas pela Secretaria de Estado de Saúde, pelo governo do estado, para solucionar os problemas que estão colocando até em risco a vida de muitos pacientes do hospital. Eu tenho recebido reclamações em meu gabinete, mas também tenho acompanhado uma série de notícias que são veiculadas na imprensa relativas aos problemas que estão acontecendo no hospital, como a falta de medicamentos, por exemplo. É um absurdo um hospital daquela magnitude, com aquela importância; um hospital de média e alta complexidade, que atende Campo Grande e região, ficar nessa situação. Muitos pacientes vêm do interior do estado ao hospital, em busca de procedimentos, de cirurgias, de atendimentos mais complexos. Ocorre que nós constatamos a existência da falta de medicamentos. Aliás, a quimioterapia foi interrompida por falta de medicamento. Um familiar de um paciente disse que as sessões de quimioterapia foram interrompidas há cerca de três semanas. O problema é que, quando o tratamento é interrompido, a doença avança. O paciente que tem câncer não pode esperar, não tem tempo para lidar com a burocracia do Estado ou a inoperância de gestores que não resolvem esse problema. Eu já estive nesta

tribuna, no passado, falando da falta de medicamentos para a realização de quimioterapia. O problema ainda existe. Isso é muito grave e não pode acontecer! E faltam outros tipos de medicamentos também, faltam, inclusive, insumos necessários para procedimentos básicos. Eu tenho a notícia de que o Hospital Regional teve de recorrer a outros hospitais para encontrar cateter para um bebê. Eu estou com a foto do bebê que foi veiculada no site Campo Grande News. O bebê está internado desde o dia 20 de maio com diagnóstico de vírus [notícias em material impresso]. Mas o cateter é um insumo básico, como pode estar faltando num hospital daquele tamanho? Desde que a criança foi internada, a mãe vem travando uma luta diária para que as medicações sejam dispensadas no horário correto e para que os exames necessários sejam feitos. Quer dizer, a mãe que tem de cuidar para ver se os medicamentos estão sendo devidamente administrados. Isso é um absurdo. Essas denúncias deixam claro que algo errado está acontecendo no hospital. Isso precisa ser verificado. Está faltando gestão? Está faltando recurso? Nós precisamos fazer um apelo ao governo do estado para que ele resolva essa situação. Outro problema que foi constatado e que está sendo denunciado é a falta de profissionais de saúde para atenderem à demanda do hospital. Sabemos que o governo do estado já abriu um concurso; devem ser chamados duzentos e setenta e nove profissionais. Mas é preciso contratar profissionais temporários até que o concurso seja concluído e os novos profissionais sejam lotados. Os pacientes não podem ficar sofrendo com a falta de medicamentos e com um mau atendimento por conta da insuficiência de profissionais. Além da falta de medicamentos, de profissionais e de insumos básicos, mães de pacientes denunciam a precariedade da estrutura física, dos banheiros e também dos quartos da pediatria, que estão numa situação grave. Deputado Pedrossian Neto, a arrecadação de Mato Grosso do Sul está aumentando. O estado vive hoje uma situação tranquila, vamos dizer assim, do ponto de vista financeiro, está fazendo investimentos, obras, asfalto, enfim. Isso tudo é importante. Agora, saúde é essencial. Estou aqui para fazer um apelo ao governo do estado. Sei que existe, em andamento, um estudo de terceirização. No entanto, o problema precisa ser resolvido hoje. Esta semana, um paciente caiu do sexto andar do hospital e me parece que foi a óbito; a polícia está investigando o caso para saber se ele se jogou ou se foi um acidente. Eu acho que está havendo um problema de gestão. O estado tem dinheiro para resolver isso. Acho que não dá para esperar a privatização. Os pacientes estão precisando de atendimento hoje.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concedo um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Primeiramente, eu quero cumprimentar Vossa Excelência por trazer o assunto a esta Casa. O problema relativo aos hospitais talvez seja o maior gargalo de política pública existente hoje no estado. A bem da verdade, esse problema não é de hoje, ele vem se construindo há bastante tempo. Alguns casos são mais agudos, outros menos, enfim. Mas eu acho que a Assembleia Legislativa pode, e deve, contribuir para a construção de uma solução. O que se pode notar é que o problema não é apenas a falta de recurso financeiro, é também a falta de governança. É preciso discutir sobre gestão, sobre como fazer com que os hospitais se tornem mais resolutivos e mais ágeis nas licitações e na compra de

medicamentos e insumos para entregar saúde lá na ponta. E o governador Eduardo Riedel sempre tem discutido sobre a necessidade de nos aprofundarmos neste debate. Inclusive, em Nova Iorque, no MS Day, foi discutida a possibilidade de se fazer uma parceria público-privada para gestão dos grandes hospitais. Eu gostaria de sugerir ao nosso colega deputado que essa discussão fosse trazida para dentro da Assembleia Legislativa. Poderíamos conversar com o secretário Maurício Simões e com a secretária Eliane Detoni para sabermos o que é essa discussão sobre PPP. Acho que pode ser um caminho adequado para a gente tratar desses problemas relativos à saúde. Agora, pode ser adequado como pode não ser adequado. Portanto, temos que discutir e ver o que está sendo colocado. Acho importante trazermos a discussão para dentro desta Casa. Acho que precisamos nos debruçar sobre essa proposta e avançar não apenas no que diz respeito aos hospitais públicos, mas no que tange aos hospitais filantrópicos. Fui proponente e criador da Frente Parlamentar de Defesa das Santas Casas e dos Hospitais Filantrópicos nesta Casa. A saúde é de meu interesse. Temos que olhar para o Hospital Regional Rosa Pedrossian, mas, temos que olhar também para a Santa Casa, para a Maternidade, para os hospitais do interior, para os filantrópicos. Precisamos criar um novo modelo de governança e de gestão da saúde. Inclusive, eu apresentei, e está em tramitação nesta Casa, um regime especial de contratualização dos hospitais que pudesse remunerá-los quando eles são eficientes e de redução do orçamento quando eles não são resolutivos. Acho que a gente tem que se aprofundar na questão da construção de política pública, porque o estado hoje tem — como Vossa Excelência disse — condição de fazer com que a saúde chegue à ponta, porque dispõe de recurso. Agora, temos que usar os recursos com inteligência. Se não houver governança, se não houver gestão — e naturalmente não estou criticando gestor A ou B do próprio hospital; sei que eles são funcionários públicos imbuídos do sentimento de servir às pessoas —, não haverá como avançar. Temos que fazer uma discussão mais aprofundada sobre este tema.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. O Hospital Regional está inserido dentro de um sistema, e quando ele não funciona, leva problemas para outras áreas desse sistema.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Antes de conceder um aparte ao deputado Professor Reinaldo, quero dizer que o Hospital Regional já tem praticamente vinte e cinco anos de funcionamento. Não é possível que a gestão do hospital deixe faltar medicamentos. Isso é o quê? Falta de planejamento! Quem administra um hospital de vinte e cinco anos precisa ter noção da quantidade de remédios que tem de comprar, tem de saber que um processo de licitação tem etapas, portanto, é demorado. Se o hospital tivesse entrado em funcionamento mês passado, até entenderíamos. "Olha, não temos ainda uma previsão para compra de medicamentos. Houve um atraso na licitação". Acontece que o Regional tem vinte e cinco anos, tem recurso. O que falta, na minha avaliação, é planejamento, é gestão. Deixar o hospital chegar a esta situação é inadmissível. Precisamos cobrar do governo do estado uma solução, mas, como disse o deputado Pedrossian, a Assembleia Legislativa também tem responsabilidade nisso. Acho que a Comissão de Saúde desta Casa deve se debruçar sobre essa situação e

abrir um canal de conversa com o secretário de estado de Saúde e com o governador do estado para ver o que fazer para resolver essa situação, de forma emergencial. Se existe um plano para mudar a gestão do hospital daqui a algum tempo, tudo bem, mas, os pacientes estão precisando de atendimento de melhor qualidade agora. Deputado Professor Rinaldo, concedo um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Obrigado, deputado Pedro Kemp. Senhores, não cabe a mim ficar colocando a culpa sobre os ombros de ninguém. O sistema é complexo. Eu não consigo entender por que alguns insumos básicos, alguns equipamentos, alguns produtos, estão em falta, deputado Pedro Kemp, como Vossa Excelência disse. Qual é a justificativa? "Ah, é questão de licitação, é isso, é aquilo!" Gente, pelo amor de Deus! Aí entra a questão da gestão. A pessoa que cuida dessa parte não pode esperar as coisas faltarem para depois se organizar para efetuar outra compra. É simples. É preciso acompanhar. Tal produto está acabando, restam apenas 10%. Temos que providenciar a licitação. Então, deputado Pedro Kemp, essa questão da saúde é um problema sério. Quando a pessoa está doente, internada, ela está num momento de maior vulnerabilidade; a dor afeta não apenas o físico, afeta também o emocional da pessoa. O cara é contribuinte, e, no momento em que mais precisa, não é atendido. Aí ele tem de correr atrás de PIX, de vaquinhas solidárias, para resolver um problema elementar. Isso nos entristece muito. Vossa Excelência disse algo interessante. O nosso estado é pujante, está bem organizado do ponto de vista fiscal. Esta Casa cumpriu sua missão e permitiu com que hoje nosso estado se tornasse referência não apenas no Centro-Oeste, mas no Brasil inteiro. Não podemos permitir que essa situação continue como está, sem solução. Eu acredito na sensibilidade do governador Eduardo Riedel. Não podemos permitir que pessoas sofram por conta de problemas na gestão. Vossa Excelência sabe da minha origem, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, é uma universidade-escola, aliás, só havia uma faculdade de Medicina aqui até há algum tempo, a federal. E uma colega minha disse: "Rinaldo, há pessoas esperando por uma cirurgia há mais de vinte anos, principalmente as ortopédicas." Então, deputado Pedro Kemp, o gestor tem de fazer, já que não tem o material humano adequado, a infraestrutura adequada, ele tem de fazer parcerias, sim, para desafogar as filas, para fazer a coisa andar; porque pessoas estão esperando. Aliás, o problema não é apenas cirurgia, é consulta com especialista também. As coisas mudaram, hoje, tudo passa pelo Sisreg. Você pode ter amizade com o médico, mas não adianta nada. Vossa Excelência tem uma filha médica; a minha filha, graças a Deus, se formará agora. Nossa! O relato é terrível. Os postos também não estão funcionando bem, porque não se investe na saúde básica, aí a alta complexidade fica nessa situação. Também tenho recebido em meu gabinete muitas pessoas que vêm pedir ajuda. Não gosto de falar do que faço, deputado Pedro Kemp, mas arrumei um convênio informal com uma empresa que faz ressonância pela tabela social. Porque eu não vou deixar meus amigos passando necessidade. Uma pessoa que tem um pólipó no intestino, por exemplo, dependendo do tempo, o problema pode evoluir para um câncer, e fatalmente ela pode ter uma metástase e perder a vida. Isso é inadmissível num estado tão rico como o nosso. Campo Grande é um caos generalizado. Qual é a justificativa para não ter dipirona no posto? Qual é a justificativa? São coisas elementares. Tudo bem que há casos fortuitos. Um remédio pode estar faltando porque a indústria não está tendo no momento. Mas há coisas inaceitáveis. Eu quero me somar a Vossa Excelência. Espero que o secretário Maurício Simões resolva esse problema o

quanto antes. Espero que a gente possa viver em uma Campo Grande bonita não somente no quadrilátero da Afonso Pena com a 14 de Julho. Que todos os lugares da cidade fiquem bonitos, inclusive aqueles milhares invisíveis. Que o povo que vive nas quarenta e uma favelas da cidade possa viver de forma digna. As pessoas precisam viver a cidadania plena; precisam ter um teto, educação de qualidade, acesso à alimentação; precisam viver com sua família. Isso é o básico. Nosso estado tem condições de implementar essa política pública para todos. Quero parabenizá-lo pela preocupação com relação ao tema. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Muito obrigado, deputado Professor Rinaldo. Eu incorporo o aparte de Vossa Excelência na íntegra ao meu pronunciamento. Vossa Excelência fez referência à situação geral da saúde pública no estado. E realmente a situação é crítica. Em Campo Grande o problema não é só o Hospital Regional, afinal, em todas as unidades de saúde faltam medicamentos, o atendimento é precário etc. Isso é inadmissível. E volto a dizer que o estado tem condições de resolver essa situação, de forma emergencial. O Governo não aportou sessenta milhões de reais para salvar a Cassems? Por que ele não pode aportar uma quantia dessa para o Hospital Regional a fim de resolver os problemas de infraestrutura e para comprar insumos e medicamentos? Recurso existe. Agora, eu não sei o que está acontecendo. Será que deixaram a situação chegar a este ponto crítico para justificar uma privatização?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Será que querem dizer: "Tem que entregar para a iniciativa privada, tem que terceirizar." Alguma coisa está acontecendo. Matérias e mais matérias jornalísticas são veiculadas. A gente recebe aqui reclamações. É inadmissível a suspensão de quimioterapia. Isso é colocar em risco a vida das pessoas que estão fazendo tratamento contra o câncer. Falta cateter, faltam coisas básicas. Acho que nós precisamos fazer um apelo ao governador. Ele é sensível, é preparado, tem atuado e governado este estado com responsabilidade. O problema precisa ser resolvido.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu vou conceder ao deputado Coronel David, que solicitou primeiro, depois eu concedo à senhora. Pode ser? Eu faço questão de ouvi-la.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Obrigado, deputado Pedro Kemp, pelo aparte. Não é mistério para ninguém aqui desta Casa que a saúde é um grande problema, e não é só aqui em Campo Grande, não é só em Mato Grosso do Sul, é no Brasil inteiro. Vossa Excelência trata de um assunto importante, de interesse da sociedade. Agora, eu acho que a gente tem de sair da discussão e partir para a prática. Eu sugiro ao senhor, diante da manifestação que faz aí na tribuna, que convide a Comissão de Saúde e outros colegas deputados para, juntos, irem ao Hospital Regional a fim de saber o que está acontecendo lá. É preciso ver o que esta Casa pode fazer, deputado. Nós não podemos ficar aqui falando, falando, vai um, vai outro; sem buscar

uma solução e sem esta Casa adotar uma ação positiva no sentido de resolver essas questões que afetam a população. Eu me somo a Vossa Excelência. Acho que a gente tem que dar um passo adiante, assumir uma posição e sair do discurso pelo discurso.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Excelente a sugestão de Vossa Excelência. Vou proceder dessa forma. Vou acionar a Comissão de Saúde da Casa, porque nós temos que buscar uma solução emergencial para o problema. Não dá para esperar mais, porque pacientes estão precisando de atendimento. Embora o governo esteja fazendo um estudo para tentar buscar uma saída, o problema precisa ser resolvido agora. Eu concedo um aparte à deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Deputado Pedro Kemp, assim como pensa o deputado Coronel David, eu acho interessante irmos ao hospital. Eu me coloco à disposição da Comissão de Saúde para irmos lá. Eu estive no hospital, porque uma funcionária minha ficou internada lá. O hospital é referência em atendimento. Quando uma pessoa é internada numa situação de emergência, são feitos todos os serviços, todos os exames lá mesmo. Então, a pessoa é bem cuidada. Mas há um problema estrutural. Se estão acontecendo todos esses problemas, nós temos que nos reunir com o secretário e estudar alguma ação, a fim de solucionar o problema, sobretudo os emergenciais, como é o caso da quimioterapia. Eu, que fiz quimioterapia, que passei por isso, sei da importância de o paciente receber todo o tratamento. A quimioterapia não pode ser interrompida. E, claro, há vários outros tratamentos que não podem ser interrompidos. O Hospital Regional, além, lógico, da Santa Casa, é referência, é a porta de entrada para todos os casos emergenciais que acontecem em nosso estado. É preciso encontrar uma solução. Esta é a Casa do Debate, aqui são estabelecidas políticas públicas. A saúde pública é um problema que ocorre não só em nosso estado; ocorre em todo o Brasil. Parabéns por trazer esta problemática.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Muito bom. Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Acolho a sugestão de acionarmos a Comissão de Saúde. Estamos à disposição para visitarmos o hospital. Quem sabe façamos uma reunião depois com o secretário de Saúde e exijamos mudanças e providências urgentes, porque a situação é grave. Temos aqui todas as matérias. Faltam equipes, faltam medicamentos, faltam insumos, faltam cateteres; os banheiros estão estourados; o quarto da pediatria está em situação lastimável, enfim. Portanto, o hospital precisa de uma intervenção emergencial. Não pode continuar dessa forma. Vamos fazer esse encaminhamento junto à Comissão de Saúde. Vamos fazer uma visita *in loco* para tentarmos descobrir o que está acontecendo. Falta de recurso não é. Nós sabemos que o Estado tem condições financeiras. Logo, cabe perguntar: é problema de gestão? É falta de planejamento? O fato é que o problema existe e precisa ser resolvido. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença da senhora Carmem Ferreira Barbosa, presidente do Conselho Regional de Serviço Social de Mato Grosso do Sul; e do senhor Osvaldo Figueiredo, vereador do município de Rochedo. Ainda no Grande Expediente...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Presidente, quero solicitar a Vossa Excelência que me permita apresentar dois projetos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — O primeiro diz respeito às operadoras de planos de saúde. "Artigo 1º. As operadoras de planos de saúde que atuam no estado de Mato Grosso do Sul ficam obrigadas a notificar os usuários, prévia e individualmente, sobre descredenciamentos de hospitais, clínicas e laboratórios médicos e assemelhados, bem como sobre novos credenciamentos, a partir da expedição do último Guia Médico, on-line ou impresso. Parágrafo único. A comunicação referida no caput deste artigo deve ocorrer por meio eletrônico ou impresso no prazo máximo de trinta dias, devendo também ser indicada expressamente no Guia Médico anual. Artigo 2º. Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, o descumprimento do disposto nesta lei sujeitará os infratores às seguintes sanções: advertência e aplicação das sanções previstas nos artigos 56 e 57 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990." E o outro projeto visa assegurar aos indivíduos afetados pela síndrome de Von Recklinghausen, que é a neurofibromatose, os mesmos direitos legalmente reconhecidos às pessoas com deficiência. "Artigo 1º. Às pessoas diagnosticadas com a síndrome de Von Recklinghausen, neurofibromatose, ficam assegurados todos os direitos destinados às pessoas com deficiência, especialmente os previstos na legislação estadual em vigor que trata sobre os direitos das pessoas com deficiência. Parágrafo único. A neurofibromatose, também conhecida como doença de Von Recklinghausen, constitui três doenças genéticas autossômicas dominantes que têm em comum o surgimento de tumores benignos múltiplos no sistema nervoso e apresentam-se nas formas clínicas de neurofibromatose tipo 1, neurofibromatose tipo 2 e Schwannomatose. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação." É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar que o deputado Zeca do PT nos representa hoje no Paraguai. Vamos em frente. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, quero trazer duas questões, repito, de fundamental importância para o nosso estado. A primeira diz respeito à queimada no Pantanal, que está sem controle. Os dados hoje já nos trazem números que deixam claro que o mês de junho deste ano será o mais seco já registrado. Só para termos uma ideia, do dia 1º ao dia 13 de junho, o estrago foi 472% maior que o registrado nos trinta dias de junho do ano de 2020, ano em que se registrou o maior incêndio no Pantanal. Dia após dia, a situação se agrava. No dia 10, conforme dados de satélite, o fogo destruiu 7,8 mil

hectares. No dia 11, 11,5 mil hectares. No dia 12, a devastação mais que dobrou, atingindo 29.875 hectares. Veja a extensão disso. No total, nesse período, foram queimados 135,6 mil hectares, em treze dias. Este é o maior incêndio já registrado no Pantanal, em relação aos meses de junho. E a situação, ao que parece, está fora de controle. É alarmante. E nós que estamos aqui e aprovamos recentemente o "Projeto Pantanal", temos que atuar para que queimadas como esta não volte a acontecer e também para que a queima controlada seja acompanhada pelo Corpo de Bombeiros. Os focos de incêndio — mais de duzentos e quarenta focos — são maiores do que o número de bombeiros em atuação no local. Diante de uma situação emergencial, é preciso solicitar apoio, fazer parceria com outros estados da federação, com outros organismos, com outros países que também enfrentam este problema, como os Estados Unidos. Temos que nos debruçar sobre essa questão! Olha, isso está acontecendo hoje lá. A situação é grave. É alarmante. Precisamos nos unir. A Comissão de Meio Ambiente da Assembleia, deputado Renato Câmara, precisa tomar um posicionamento com relação ao incêndio no Pantanal. Em treze dias, já foram queimados cento e trinta e cinco mil hectares de vegetação. Nunca na história aconteceu uma queimada de tão grande proporção. Então, é preciso chamar a atenção, é preciso buscar todas as parcerias necessárias. É preciso enfrentar o problema agora, mas também é fundamental realizar ações preventivas para que isso não volte a acontecer. Por que essas queimadas estão acontecendo? Por que aumentou tanto assim em relação a anos anteriores? Precisamos verificar isso para fazermos um diagnóstico mais preciso. Nós podemos encontrar alternativas técnicas viáveis, buscar parcerias. Enquanto nós estamos conversando, mais de mil, dois mil, cinco mil, dez mil, vinte mil, quarenta mil hectares, num dia único, estão sendo consumidos pelo fogo. Estamos falando da necessidade de se preservar nosso bioma, patrimônio natural de Mato Grosso do Sul e do Brasil, e reconhecido pela ONU como patrimônio natural da humanidade...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Um aparte, deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pois não.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado, estamos vendo com muita preocupação o avanço das queimadas no Pantanal. O caso tem sido veiculado pelos meios de comunicação. Hoje mesmo, há uma matéria dizendo que muitos focos são provocados. Isso precisa ser investigado e os responsáveis precisam ser responsabilizados. Ontem, recebi a ligação de um companheiro de partido de Corumbá, e ele me disse que a cidade está uma fumaça só, que as pessoas estão ficando com problemas respiratórios, com os olhos lacrimejando e que as previsões para os próximos dias indicam mais seca. E as pessoas ficam colocando fogo. Esta é uma atitude criminosa que precisa ser investigada. Isto não pode acontecer numa época de seca e de falta de chuva. Acho que não é só correr atrás de mais bombeiros, de mais brigadistas, porque isso é ficar correndo atrás do prejuízo; é preciso, também, responsabilizar quem está provocando queimadas no Pantanal.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Agradeço e incorporo seu aparte ao meu pronunciamento. Na verdade, eu ia entrar neste tema agora. Temos informações de que parte dos focos foram autorizados, é o chamado fogo controlado. Agora, isso

não pode ser feito num período seco como este. Em outras épocas do ano, tudo bem. Seu adendo foi muito bom, deputado Pedro Kemp. O órgão ambiental precisa identificar as causas e tomar providências para punir os responsáveis. Recentemente, ocorreu um desastre natural no Rio Grande do Sul que atingiu tantas pessoas e que gerou uma grande solidariedade em todos nós. Agora, outro desastre atinge nosso patrimônio natural, e muitas pessoas também sofrerão consequências. Nós fizemos uma lei de proteção aqui e hoje o fogo está lá tomando conta de tudo. Então, precisamos ouvir especialistas, sim, mas também precisamos buscar parcerias para enfrentarmos o problema junto com outras instituições. Eu concedo um aparte ao deputado Renato Câmara, presidente da Comissão de Meio Ambiente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Caro colega, deputado Junior Mochi, o fogo no Pantanal é um tema recorrente, não é? Mas o que chama atenção este ano é o número de focos e o tamanho da área consumida pelas chamas. Ontem, eu estive em Porto Murtinho, conversei com os vereadores, conversei com pessoas da comunidade, e todos se mostram preocupados com a situação, com o clima também, principalmente, porque o nível do rio Paraguai está três metros abaixo do normal. Inclusive não há previsão de abertura dos portos para este ano. A previsão é para o ano que vem. Então, imaginem o prejuízo econômico com os portos parados. Imaginem o prejuízo para a agricultura com o aumento de gastos que terá com transporte de produtos tendo que ir ao Paranaguá e a outros portos. Sem falar no aumento dos gastos com manutenção das rodovias. Se toda a produção que era transportada de forma mais barata por barcaças passar a ser feita por caminhões, ficará mais caro. Quanto custaria hoje para colocar água no Rio Paraguai?... Veja bem o que nós estamos dizendo! Com a Lei do Pantanal e sobretudo com a regulamentação do Fundo do Pantanal, que nós aguardamos aqui, será possível colocar água no Rio Paraguai e remunerar os produtores que fizerem serviços ambientais. Então, será possível estimular o produtor a controlar o fogo e a produzir água, isso é fundamental, para que os níveis dos cursos de água voltem ao normal. Eu estive também em Guia Lopes da Laguna e vi que é possível atravessar andando o Rio Miranda. E olha que a seca não chegou ao ponto mais crítico, que é no inverno. Então esses pontos exigem atenção e celeridade, para que possamos avançar. A lei foi aprovada, agora precisa ser regulamentada; depois da regulamentação, precisamos colocá-la em prática. Só depois obteremos resultados. Se fizermos a coisa certa, conseguiremos impedir que tantos focos de incêndio aconteçam. Hoje estamos vendo prejuízos gigantes, pontes, inclusive, estão pegando fogo. Queremos entender tudo isso. Marcamos para a próxima terça-feira, deputado Junior Mochi, às 16h30min, uma reunião no Centro de Controle do Fogo. Os colegas deputados estão convidados. O secretário estará presente, brigadistas, especialistas, enfim. E eles levarão informações técnicas, dirão quais encaminhamentos o governo vem fazendo e quais são as futuras estratégias. Muito importante a sua fala. Conte conosco. Obrigado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Muito obrigado, deputado Renato Câmara. Eu ia pedir para a Comissão de Meio Ambiente fazer um encaminhamento aqui sobre essa questão emergencial, mas o senhor já o fez, já se antecipou, fez o convite para a reunião de terça-feira, às 16h30min, no Centro de Controle do Fogo. Aliás, qual é o endereço?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Fica aqui na rua do Comandante-Geral da Polícia Militar.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Apenas para registrar que o deputado Renato Câmara, presidente da comissão, já havia mandado o expediente; já havia uma tratativa com o governo, até por conta de reunião com o Ministério do Meio Ambiente, criou-se uma comissão especial para isso. E foi confirmada essa agenda de hoje, às 16h30min. E a reunião não é só com a Comissão do Meio Ambiente, todos os colegas deputados podem participar. Vamos falar sobre o trabalho que está sendo feito.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — OK. Concedendo um aparte ao deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Obrigado pelo aparte. Quero salientar que mais de quatrocentos mil hectares já foram queimados no Pantanal, mas, o governo do estado já investiu, no combate ao incêndio, mais de cinquenta milhões de reais e está procurando fazer a sua parte. Mas sinto que o governo federal, tão comprometido, no discurso, com o meio ambiente, não está tão comprometido na prática. Apenas ontem um representante do Ministério do Meio Ambiente foi ao local, e só fez barulho; quando, na verdade, o governo do estado e o Pantanal precisam, neste momento, de meios de contenção e de combate ao incêndio. Temos só um avião, daqueles que jogam água para evitar a propagação do fogo, e o governo federal até agora não fez nada. É só discurso. E o Pantanal está queimando, deputado Junior Mochi. Lamento profundamente. Sugiro que esta Casa, por meio da Comissão de Meio Ambiente, tome uma medida a esse respeito. Na reunião, deputado Renato Câmara, exija que aqueles que têm a responsabilidade de combater o incêndio digam quais pontos estão sendo tratados neste momento e digam também, principalmente, para que serve aquela tecnologia de que dispõe o Centro de Controle do Fogo, capaz de detectar a cada três minutos a possibilidade de incêndio num determinado ponto do Pantanal, se não há logística para ir ao local e apagar o fogo. A nossa comissão tem de exigir que o governo do estado diga o que os brigadistas e o Corpo de Bombeiros estão fazendo e principalmente qual foi a participação, até agora, do governo federal. Chega de discurso. Nosso Pantanal está pegando fogo e precisamos salvá-lo. Com discurso e com o envio de representante do Ministério do Meio Ambiente ao nosso estado apenas para dar entrevista, não se resolverá o problema. Onde está o recurso do governo federal? Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Deputado Coronel David, ao incorporar seu aparte ao meu pronunciamento, digo que já me sinto satisfeito, diante de tudo que foi discutido aqui. Já temos a reunião previamente agendada para terça-feira, às 16h30min. Isso é importante. A meu ver, todos nós temos de participar da reunião e fazer todos os questionamentos necessários, porque se trata de uma emergência. Não podemos ficar aqui só no discurso, precisamos ir para a prática. Esta Casa, como representante do povo sul-mato-grossense, tem a obrigação legal de cobrar dos responsáveis pelo combate ao fogo que algo seja feito o mais rápido possível. O problema é recorrente, como foi dito aqui, mas nunca chegou à tamanha proporção. Então, é preciso descobrir o que está provocando esses focos de incêndio e tomar as devidas providências. É preciso também buscar parcerias com o governo federal e com



instituições não governamentais para enfrentar com mais eficiência as chamadas. As equipes precisam ter à disposição três, quatro aviões para fazerem esse atendimento emergencial. O problema é sério. Algo precisa ser feito com o máximo de celeridade. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há quórum para deliberação, haja vista que se encontram presentes vinte deputados.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero reforçar que dia 25, às 16h30min, a Comissão de Meio Ambiente visitará o Centro de Controle do Fogo para falar sobre as queimadas e a seca no Pantanal. E também no dia 25, senhores deputados, às 14h30min, teremos um evento com o governador do estado aqui na Assembleia Legislativa. Ele anunciará o pagamento integral das emendas do ano, porque há um período para se fazer o pagamento. São setenta e poucos milhões de reais de emendas. O pagamento será feito em dia. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 224/2023. Autor: deputado Neno Razuk. "Dispõe sobre a proibição e a vinculação de dados do consumidor para cobrança automática após o período de teste gratuito oferecido pelo prestador de serviços no estado de Mato Grosso do Sul." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 224/2023, de autoria do deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.



DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Encerrada a votação.
Solicito o resultado ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Aprovado. Vai ao Expediente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu gostaria de pedir vista deste projeto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Pedido de vista concedido, deputado. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 011/2024. Autor: deputado Pedrossian Neto. "Dispõe sobre a obrigatoriedade da comunicação ao Ministério Público Estadual sobre a realização de registro de nascimento nos casos de mães ou pais menores de 14 anos pelos Cartórios de Registro



Civil." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável por unanimidade à Emenda Substitutiva Integral nº 05, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável por unanimidade à Emenda Substitutiva Integral nº 05, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, eu gostaria de justificar meu voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Com a palavra, para justificar o voto, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Quero parabenizar o deputado Pedrossian Neto pela propositura. É um importante projeto. Com isso, será possível identificar questões de estupro de vulnerável, por exemplo, rapidamente. Esta Casa tem de aprovar a proposta.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Em votação.

Projeto de Lei nº 11/2024, de autoria do deputado Pedrossian Neto.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.



DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final por ter sofrido emendas. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 118/2024. Autora: deputada Gleice Jane. "Institui o Dia Estadual do Reggae, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para discutir, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, este projeto é fruto de uma solicitação da Associação do Reggae de Mato Grosso do Sul. Em discussão com a associação, escolhemos o dia 1º de julho, porque, nessa data, comemora-se o aniversário de Lincoln Gouveia, grande músico, falecido em 2021. Lincoln era uma liderança do reggae aqui no estado de Mato Grosso do Sul, era filho de uma servidora aqui da Casa, a Ana Amélia, que trabalha no Cerimonial. E a associação tem como



objetivo promover o reggae e a cultura sul-mato-grossense. O reggae é uma música contagiante, que conseguiu colocar uma pequena ilha da Jamaica em visibilidade no mundo inteiro. Aqui em Mato Grosso do Sul, a associação tem trabalhado a cultura do reggae junto com outras culturas do estado, como a indígena, por exemplo. Há uma movimentação cultural, econômica e turística muito grande em torno dessa proposta. A associação está de olho na Rota Bioceânica e espera fortalecer a cultura do reggae em nosso estado. Por isso, solicito que a Casa institua esta data. Abraçamos a proposta com carinho e peço o voto favorável dos colegas. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 118/2024, de autoria da deputada Gleice Jane.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.



DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Um requerimento, vinte e quatro indicações e duas moções de congratulação. Em votação. Não havendo oposição, dou-os por aprovados. Em discussão única e votação simbólica. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Lidio Lopes e transformada em nome da Casa, em razão do falecimento do senhor José Carlos da Silva. Proposta pelo deputado Zé Teixeira, em razão do falecimento do senhor Marco Aurélio dos Santos Lima. Em votação. Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Quero registrar que, no próximo sábado, várias instituições serão atendidas pelos deputados para organização da nossa Festa Junina. Todos estão convidados. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada a Sessão (10h46min).